

Número do Candidato

90

Natureza da Emenda

Modificativas: propõe um texto alternativo (por meio da supressão de parte, inclusão de complemento ou altera a redação) a uma tese do Livro 5.

Indique aqui o número da tese a ser modificada (Modificativa)

4

Inserir o texto modificado apontando a supressão de parte, inclusão de complemento ou a alteração da redação. (Modificativa)

A assistência social é meio de dirimir as desigualdades sociais, ao passo que deve abraçar a toda pessoa que dela necessite, inclusive, a pessoa com deficiência, reconhecendo a equidade como base da diversidade. Na tese "Políticas sociais e cidades criativas", há certa omissão sobre o beneficiário com deficiência que deve ser suprida de modo complementativo, por meio de modificação.

Justificativa (Modificativa)

Diante da necessidade de uma política cada vez mais clara, objetiva e de comunicação positiva, se faz necessária uma abordagem sobre a pessoa com deficiência e sua relação com o campo político, justo porque muitas dessas pessoas temem o contato com o meio em tela haja vista vincularem o próprio benefício de prestação continuada (BPC) com a filiação, ludibriadas pelo capacitismo que denota a desinformação como principal meio de caracterizar a pessoa com deficiência a um âmbito que não adentre a política. Quando a autorreforma traz as políticas sociais para permear uma de suas teses, faz-se preciso desconstruir uma cultura de segregação do ser humano com deficiência de campos sociais, jurídicos, políticos e afins, ao passo que trazer a discussão sobre a política de assistência e a ciência política é de suma importância para a inclusão social com cidadania dessas pessoas. A assistência brasileira traz ao lume social efetivas ferramentas de minimização da miséria e das desigualdades com as quais lidam cerca de milhões de cidadãos com deficiência, no entanto, a cultura e o cenário de perpetuação do capacitismo impõe barreiras ilegais e descabidas, tais como a impossibilidade de ascensão política do beneficiário do BPC. Aqui, o partido socialista tem o dever de informar, acolher e criar instrumentos de inclusão social com cidadania desse público na política, de modo a garantir a ocupação dos reais espaços de fala da pessoa com deficiência. Destarte, torna-se precisa uma complementação no eixo supramencionado, com caráter informativo, assim como é fundamental desenvolver uma formação interna para que os partidários tomem conhecimento de tal perspectiva e consigam ressignificar o papel da pessoa com deficiência e beneficiária do BPC no contexto político nacional.